



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 023/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º ____/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À
PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E
MEI EM ÂMBITO REGIONAL**

LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, ***deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional***, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Em razão do previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 47, que trata do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para essas empresas, conforme também prevê o art. 48 da mesma Lei.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Dessa forma, em razão do valor, deverá este processo ser exclusivo a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ÂMBITO REGIONAL.

DECRETO MUNICIPAL 036/2025

Art. 1º. Fica instituído, nos termos deste Decreto, o programa municipal de fomento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, denominado **COMPRA MAIS JAGUAPITÃ**, cuja finalidade é promover o acesso ao mercado e o fomento de micro e pequenas empresas sediadas no Município de Jaguapitã e na região, com os seguintes objetivos:

- promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, através do poder de compra do Município;



- ampliar a eficiência das políticas públicas;
- incentivar a inovação tecnológica;
- redução das desigualdades;
- prestigiar a capacidade financeira de circulação interna, com geração de emprego e renda local e regional;
- Aumento da competitividade entre as empresas locais e regionais.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, os órgãos da Administração Pública Municipal, direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Aplica-se o disposto neste decreto às contratações de bens, serviços e obras.

Art. 2º. Para fins de aplicação dos benefícios dispostos neste Decreto, considera-se:

[...]

II - âmbito regional:

- a. **Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Associação dos Municípios do Médio Parapanema (AMEPAR)** composta pelos municípios: Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

Dessa forma, em razão do valor e para • promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, através do poder de compra do Município, deverá este processo ser exclusivo a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em âmbito Regional.

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ**, inscrito no CNPJ sob n.º 75.457.341/0001-90 sediado à Avenida Minas Gerais, 220, Centro, nesta cidade de Jaguapitã – PR, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob n.º 023/2025 do tipo

**MENOR PREÇO POR ITEM.**

1.2. É pregoeiro deste município: JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA, matrícula n.º 786342, designado pela Portaria n.º 056/2025.

1.3. É gestor de contratos deste município: JULIANA LAIS SILVA DAS VIRGENS, matrícula n.º 8148232, designado pela Portaria n.º 057/2025.

1.4. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

1.5. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ATÉ 08h20m DO DIA 30/07/2025.
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08h30m DO DIA 30/07/2025.

1.6. Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo ser endereçados ao e-mail: **pregao@jaguapita.pr.gov.br**.

1.7. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio do Município, no link:

<https://jaguapita.eloweb.net/portalttransparencia/1/licitacoes>, relativo ao Portal da Transparência, bem como no endereço: **www.bll.org.br**, para ciência de todos os interessados.

1.7.1. O Pregoeiro decidirá sobre o esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.8. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município, acessível no sítio eletrônico do Município no seguinte endereço: **www.jaguapita.pr.gov.br** e disponibilizados



também no endereço: www.bll.org.br.

2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, nos termos das tabelas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (**Anexo 1 deste Edital**).

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

3. PREÇO MÁXIMO

3.1. Os preços máximos, unitários e totais, para este certame, são os descritos na tabela do item 1.2 do Termo de Referência.

3.2. Serão desclassificadas as propostas que, após a etapa de lances e da tentativa de negociação prevista no § 1º do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/21, possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos aqui definidos.

3.3. Os valores estimados serão executados de acordo com a necessidade do Município, ficando o mesmo desobrigado de sua execução total.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até às 00h00m horas do dia 25/07/2025, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

4.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00m às 17h00m, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: pregao@jaguapita.pr.gov.br.

4.3. A impugnação será julgada em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia



útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será disponibilizada no sítio www.jaguapita.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, bem como no sítio www.bll.org.br.

4.4. Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

4.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

5.1.1. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21;

5.1.2. Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.3. Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

5.1.4. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município;

5.1.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.1.6. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

5.1.7. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.1.8. Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor do Município, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação;



6. CREDENCIAMENTO

6.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, telefone: (041) 3097-4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.2. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações do Brasil (BLL) para cadastro, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL (www.bll.org.br), acessando o link “Cadastro”.

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

a.3) Dúvidas a respeito do credenciamento na BLL poderão ser sanadas pelo telefone (041) 3097-4600 ou pelo email contato@bll.org.br.

b) Após efetivação do cadastro o licitante deverá efetuar a inserção no sistema eletrônico do valor inicial de cada lote/item e no campo referente a marca inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

c) O licitante deverá ainda inserir em campo próprio do sistema, até o horário limite previsto neste edital, os documentos de habilitação solicitados no item 9.1 deste edital.

6.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema



eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

6.4. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.2 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

6.5. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.6. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

6.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.10. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



6.11. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.13. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio **www.bll.org.br**, a partir da liberação do Edital, até às 08h20m do dia 30 de julho de 2025, horário de Brasília-DF.

7.3. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá obrigatoriamente informar nos campos próprios o valor de sua proposta inicial e a marca/modelo do item ofertado. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

Obs.: No campo referente a marca/modelo inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

7.4. A não inserção das informações solicitadas implicará na desclassificação da Empresa.

7.5. É vedada a identificação do licitante na Proposta Eletrônica. A identificação implicará na desclassificação da empresa.

7.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



7.6.1. *Valor unitário;*

7.6.2. *Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.*

7.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7.10. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

7.11. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste edital.

7.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais junto a BLL se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate, art. 44 e 45 da LC 123/2006, facultado ao Município se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como ME ou EPP diante das normas da Lei.



7.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.15. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão editar sua proposta e/ou retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.16. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.17. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.18. Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A partir das 08h30m horas do dia 30 de julho de 2025, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico **www.bll.org.br**, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde



logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

8.4.1. A aceitabilidade das propostas estará sujeita a não identificação do licitante;

8.4.2. Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no Edital;

8.4.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.5. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.



9.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

9.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.9. A fase de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos.

9.10. Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances.

9.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12. As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

9.14. Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.16. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.



9.17. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública;

9.18. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC n.º 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.2. O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A proposta de preços, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

12.1.1. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante



convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3. A proposta deverá conter:

12.3.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo 2 deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

12.3.2. Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.3.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.3.4. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

12.4. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.6. A apresentação da proposta implicará:

12.6.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.6.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do Município.



13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

13.1. O critério de julgamento da presente licitação é o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

14. JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação.

14.2. No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

14.3. Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

14.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

14.7. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

14.8. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste



Pregão.

14.9. Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei n.º 14.133 de 2021, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.9.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

14.9.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.9.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.9.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.9.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.9.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

14.9.7. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

14.9.8. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

14.9.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.9.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

14.9.11. Estudos setoriais;



14.9.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos;

14.9.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.12. A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

14.13. Serão também desclassificadas as propostas:

14.13.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

14.13.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

14.13.3. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

14.13.4. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

14.13.5. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.



14.14. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15. HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação as licitantes deverão inserir em campo próprio do sistema os seguintes documentos:

15.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.2.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.2.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitido há no



máximo 60 (sessenta) dias da abertura do certame.

15.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.4.1. *Prova de regularidade com a Fazenda Nacional*, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.4.3. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal* relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

15.4.2. *Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS*, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.4.5. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho*, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura



do contrato.

15.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

15.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.11. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

15.12.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de



conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

15.12.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

15.12.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

15.12.4. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal n.º 14.133/21;

15.12.5. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

15.13. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.14. Todos os documentos deverão ser apresentados:

15.14.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.14.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.14.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.14.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

15.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.



15.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15.17. As declarações poderão ser assinadas digitalmente, ou na falta da assinatura digital, estas, deverão ser enviadas originais ao departamento de licitações.

15.18. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

16. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

16.2. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

17.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

17.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca,



modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

17.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

17.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18. RECURSOS

18.1. Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

18.2. Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: www.bll.org.br.

18.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

18.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;



- 18.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 18.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.
- 18.4.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 18.6. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.
- 18.7. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na Plataforma da BLL, e no portal da transparência do Município de Jaguapitã-PR.

19. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. Após a homologação da licitação, a ata de registro de preços será enviada ao licitante vencedor para assinatura.
- 19.2. Para a assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 19.3. Farão parte da ata, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.
- 19.4. O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ata, para devolvê-la assinada, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 19.5. O prazo para devolução da ata poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.
- 19.6. A pessoa que assinar a ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos



constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19.7. Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a ata, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, o Município adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária, conforme anexo anterior ao edital (INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA).

21. SANÇÕES

21.1. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21 e legislação correlata.

21.2. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

21.2.1. Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);

21.2.2. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);

21.2.3. Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);

21.2.4. Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos: multa de 30% (trinta por cento).



21.3. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na “Dívida Ativa” para cobrança judicial.

21.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

21.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta da ata.

22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1. Fica assegurado ao Município o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23. DO PAGAMENTO

23.1. Conforme IN RFB 1234/2012, a empresa vencedora deste certame terá o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelo Município de Jaguapitã, referente ao produto/serviço, objeto deste certame.

23.1.1. Será utilizado a tabela constante na IN RFB 1234/2012 como base para a alíquota da retenção.

23.1.2. Não terá retenção do IRRF na NF, empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, assim como Microempreendedores Individuais (MEI).



23.2. O pagamento, decorrente da entrega dos produtos objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 dias, contados do recebimento definitivo do objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23.3. A empresa deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND do INSS e FGTS com validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

23.4. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susinado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

23.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

23.7. O município de Jaguapitã não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

23.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. O Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.1.1. As amostras dos itens poderão ser solicitadas pelo pregoeiro ou agente de contratação.



24.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/21.

24.3. O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

24.4. Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

24.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

24.6. Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

24.7. Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

24.8. Integram o presente Edital:

24.8.1. Anexo 1 – Termo de Referência;

24.8.2. Anexo 2 – Estudo Técnico Preliminar;

24.8.3. Anexo 3 – Modelo de Proposta de Preço;

24.8.4. Anexo 4 – Minuta da Ata de Registro de Preços.

24.9. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Jaguapitã-PR para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação.

Jaguapitã/PR, 29 de maio de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

**ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Sob pena de desclassificação o valor máximo por item para esta licitação é conforme segue:

Lote	Descrição	Unidade	Qtde. solicitada	Valor Unitário	Total
1	ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL INSTALADO NO LOCAL (PAREDES, PORTAS, JANELAS, VIDROS etc.)	M²	145	R\$ 50,00	R\$ 7.250,00
2	ADESIVO REFLETIVO BRANCO IMPRESSÃO DIGITAL - COM LAMINAÇÃO TRANSPARENTE E CORTE ELETRONICO. L:5CM x A: 03CM	Lote	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
3	ARTE GRÁFICA EM GERAL (DIAGRAMAÇÃO, ARTE FINAL, DESIGN GRÁFICO E CRIAÇÃO).	Horas	770	R\$ 21,00	R\$ 16.170,00
4	BANDEIRAS EM PAPEL SULFITE 120G TAMANHO 20X30 CM PARA FESTIVIDADES IMPRESSÃO FRENTE.COM VINCO SUPERIOR.	Unidade	6000	R\$ 0,25	R\$ 1.500,00



5	BANNER EM LONA 380G, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, TAMANHO 1,50 X 1,00 METROS.	Unidade	70	R\$ 90,00	R\$ 6.300,00
6	BANNER EM LONA 380G, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, TAMANHO 100 X 70 CM.	Unidade	70	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00
7	BLOCO CADASTRO DOMICILIAR, OPALINE 180G, TAMANHO A5, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), IMPRESSÃO EM FRENTE E VERSO, 01 VIA. BLOCO COM 100 FOLHAS	Unidade	220	R\$ 15,00	R\$ 3.300,00
8	BLOCO CADASTRO INDIVIDUAL, OPALINE 180G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), IMPRESSÃO EM FRENTE E VERSO, 01 VIA. BLOCO COM 100 FOLHAS.	Unidade	140	R\$ 19,00	R\$ 2.660,00
9	BLOCO CLASSIFICAÇÃO DE RISCO FAMILIAR, FRENTE E VERSO, SULFITE 75 G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. BLOCO COM 100 FOLHAS.	Unidade	55	R\$ 13,50	R\$ 742,50
10	BLOCO COMPETÊNCIA, 1 VIA, SULFITE 75G, TAMANHO A4. BLOCO COM 100 FOLHAS. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	25	R\$ 15,50	R\$ 387,50
11	BLOCO CONTROLE DE APRAZAMENTO, OPALINE 180G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). 100 FOLHAS	Unidade	110	R\$ 19,53	R\$ 2.148,20
12	BLOCO DE AGENDAMENTO DE CAÇAMBAS, COM 50 FOLHAS, EM 3 VIAS EXTRA CÓPIA, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	110	R\$ 15,00	R\$ 1.650,00



13	BLOCO DE AGENDAMENTO DE VEICULOS, COM 50 FOLHAS, EM 2 VIAS EXTRA CÓPIA, TAMANHO A4, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	25	R\$ 26,00	R\$ 650,00
14	BLOCO DE ALVARÁ DE LICENÇA, 2 VIAS EXTRA CÓPIA, COM 50 FOLHAS, TAMANHO A4, SULFITE 75G, FRENTE E VERSO. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	25	R\$ 24,00	R\$ 600,00
15	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CARBONADO COM 100 FOLHAS. EM SULFITE 75G TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). 2 VIAS COM CARBONADO.	Unidade	550	R\$ 12,50	R\$ 6.875,00
16	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VEÍCULOS DA SAÚDE COM 100 FOLHAS, SULFITE 63G FORMATO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). 2 VIAS COM CARBONADO.	Unidade	220	R\$ 9,00	R\$ 1.980,00
17	BLOCO DE COMPETÊNCIA- BLOCO COM 100 FOLHAS, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). 1 VIA.	Unidade	110	R\$ 13,24	R\$ 1.456,40
18	BLOCO DE CONTROLE DA ODONTOLOGIA COM 100 FOLHAS, SULFITE 75, FRENTE E VERSO, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	220	R\$ 13,24	R\$ 2.912,80
19	BLOCO DE EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM COM 100 FOLHAS, FRENTE E VERSO, SULFITE 75G TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	500	R\$ 13,24	R\$ 6.620,00
20	BLOCO DE EVOLUÇÃO MÉDICA COM 100 FOLHAS, FRENTE E VERSO SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. FRENTE E VERSO.	Unidade	500	R\$ 13,24	R\$ 6.620,00



21	BLOCO DE FICHA CLÍNICA ODONTOLÓGICA FRENTE E VERSO COM 100 FOLHAS. PAPEL 180 G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	230	R\$ 13,24	R\$ 3.045,20
22	BLOCO DE FICHA DE APRAZAMENTO COM 100 FOLHAS, SULFITE 75G, TAMANHO A5. 01 VIA, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	550	R\$ 7,00	R\$ 3.850,00
23	BLOCO DE FICHA DE ODONTOGRAMA COM 100 FOLHAS. SULFITE 75 G, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	330	R\$ 13,24	R\$ 4.369,20
24	BLOCO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, COM 100 FOLHAS, EM SULFITE 63 G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). 01 VIA CARBONADA.	Unidade	110	R\$ 7,50	R\$ 825,00
25	BLOCO DE GUIA DE REFERÊNCIA CONTRARREFERÊNCIA COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	330	R\$ 2,80	R\$ 924,00
26	BLOCO DE PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM FRENTE E VERSO COM 100 FOLHAS, EM SULFITE 75 G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	280	R\$ 12,50	R\$ 3.500,00
27	BLOCO DE PRESCRIÇÃO MÉDICA COM 100 FOLHAS, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. FRENTE E VERSO.	Unidade	70	R\$ 14,19	R\$ 993,30
28	BLOCO DE PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL COM 100 FOLHAS, SULFITE 75, FRENTE E VERSO. TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	220	R\$ 14,19	R\$ 3.121,80



29	BLOCO DE RECEITUÁRIO BRANCO SIMPLES COM 100 FOLHAS. TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	950	R\$ 5,50	R\$ 5.225,00
30	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL BRANCO CARBONADO EM PAPEL AUTOCOPIATIVO COM 100 FOLHAS, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	720	R\$ 9,80	R\$ 7.056,00
31	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B AZUL COM 100 FOLHAS NUMERADAS, AUTOCOPIATIVO, TAMANHO 21 X 11 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	420	R\$ 8,00	R\$ 3.360,00
32	BLOCO DE RELATÓRIO PAM 2 COM 100 FOLHAS. SULFITE 63G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. FRENTE E VERSO.	Unidade	60	R\$ 12,00	R\$ 720,00
33	BLOCO DE RELATÓRIO SIA - POR FAIXA ETÁRIA - ENFERMAGEM - BLOCO COM 100 FOLHAS, FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	50	R\$ 16,00	R\$ 800,00
34	BLOCO DE RELATÓRIO SIA COM 100 FOLHAS - IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), SULFITE 75G, TAMANHO A4.	Unidade	50	R\$ 16,00	R\$ 800,00
35	BLOCO DE RELATÓRIO SSA 2 FRENTE E VERSO COM 100 FOLHAS, SULFITE 63G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
36	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES COM 100 FOLHAS, SULFITE 75G TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA CARBONADA.	Unidade	550	R\$ 7,30	R\$ 4.015,00



37	BLOCO FICHA SINAIS VITAIS, FRENTE E VERSO SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. BLOCO COM 100.	Unidade	55	R\$ 18,00	R\$ 990,00
38	BLOCO PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO IDOSO, FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. BLOCO COM 100.	Unidade	220	R\$ 17,50	R\$ 3.850,00
39	BLOCO REGISTRO PERMANENTE DE VACINAS, OPALINE 180G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. BLOCO COM 100.	Unidade	110	R\$ 21,00	R\$ 2.310,00
40	BLOCO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS NA ÁREA / EQUIPE, FRENTE E VERSO, SULFITE 75 G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA. BLOCO COM 100.	Unidade	55	R\$ 20,00	R\$ 1.100,00
41	BLOCO RELATÓRIO PMA2 / BLOCO COM 100 FOLHAS, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), 01 VIA.	Unidade	25	R\$ 18,00	R\$ 450,00
42	BLOCO REQUISIÇÃO DE MATERIAL - SALA DE VACINA, SULFITE 75 G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), FRENTE E VERSO.01 VIA. BLOCO COM 100.	Unidade	25	R\$ 10,00	R\$ 250,00
43	CAMISETA PERSONALIZADA, INCLUSO ARTE GRÁFICA, IMPRESSÃO PODENDO SER COLORIDA, FRENTE, VERSO E NAS MANGAS, DE TAMANHOS VARIADOS CONFORME NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	Unidade	880	R\$ 77,83	R\$ 68.490,40
44	CARIMBO CAIXA - MODELO 4911.	Unidade	63	R\$ 60,00	R\$ 3.780,00



45	CARIMBO CAIXA - MODELO 4915.	Unidade	23	R\$ 75,00	R\$ 1.725,00
46	CARIMBO CAIXA - MODELO 4926.	Unidade	25	R\$ 110,00	R\$ 2.750,00
47	CARIMBO CAIXA - MODELO 4927.	Unidade	25	R\$ 102,47	R\$ 2.561,75
48	CARIMBO CAIXA - MODELO 4912.	Unidade	40	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00
49	CARNÊS DE IPTU – PAPEL SULFITE 90G – 5 VIAS MAIS CAPA – COM MICROSERILHA	Unidade	9000	R\$ 1,00	R\$ 9.000,00
50	CARTÃO ACOMPANHAMENTO DA DENGUE, F/V COM VINCO, OPALINE 180G, TAMANHO ABERTO 20 X 9 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	4150	R\$ 0,30	R\$ 1.245,00
51	CARTÃO COMEMORATIVO EM PAPEL COLCHÊ 250G – IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE - MILHEIRO	Lote	10	R\$ 217,00	R\$ 2.170,00
52	CARTÃO DE EMPRÉSTIMO DE LIVROS, EM VIA ÚNICA, OPALINE 180G, LOTE COM 100 UNIDADES, TAMANHO: 10 X 15 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	4400	R\$ 0,70	R\$ 3.080,00



53	CARTÃO DE MEDICAÇÃO (HIPERTENSO E DIABÉTICO), FRENTE E VERSO, OPALINE 180G, TAMANHO 10 X 14 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	110	R\$ 0,90	R\$ 99,00
54	CARTÃO DE PRÉ-NATAL, EM OPALINE 180 G, TAMANHO A5. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO). CARTÃO ABERTO.	Unidade	5500	R\$ 0,60	R\$ 3.300,00
55	CARTÃO DE PROGRAMA INCREMENTAL ODONTOLÓGICO - FICHA DA ESCOLA, LOTE DE 100 UNIDADES, FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Lote	330	R\$ 15,00	R\$ 4.950,00
56	CARTÃO DE PROGRAMA INCREMENTAL ODONTOLÓGICO - FICHA DA ESCOLA, LOTE DE 100 UNIDADES. ANEXO 28B., FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A4.	Lote	550	R\$ 14,50	R\$ 7.975,00
57	CARTÃO DE VISITA EM PAPEL COLCHE 300G - LOTE 200 UNIDADES IMPRESSÃO EM CROMIA FRENTE.	Lote	110	R\$ 27,45	R\$ 3.019,50
58	CARTÃO DIVISÃO DE SAÚDE CENTRO DE SAÚDE, LOTE COM 100 UNIDADES, IMPRESSÃO FRENTE, EM OPALINE 180G, TAMANHO A4. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO)	Lote	110	R\$ 33,91	R\$ 3.730,10
59	CARTÃO FISIOTERAPIA. OPALINE 180, TAMANHO 10 X 14 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), FRENTE E VERSO.	Unidade	4000	R\$ 0,20	R\$ 800,00
60	CARTÃO SUS, OPALINE 180G, TAMANHO 9 X 5 CM. IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	2200	R\$ 0,15	R\$ 330,00



61	CARTAZ, FORMATO 2, EM CROMIA, EM PAPEL COUCHÊ, LOTE DE 100 UNIDADES.	Lote	25	R\$ 600,00	R\$ 15.000,00
62	CARTAZ, FORMATO 4, EM CROMIA, EM PAPEL COUCHÊ, LOTE DE 100 UNIDADES.	Lote	25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00
63	CARTEIRINHA DE ANTICONCEPCIONAL, LOTE DE 100 UNIDADE, FRETE E VERSO, OPALINE 180G TAMANHO 10 X 14 CM, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Lote	11	R\$ 14,00	R\$ 154,00
64	CARTERINHA DE CONTROLE DE PRESSÃO ARTERIAL, FRETE E VERSO, OPALINE 180G TAMANHO 10 X 14 CM, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO).	Unidade	200	R\$ 0,20	R\$ 40,00
65	CARTILHA PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS, CONFECCIONADA EM PAPEL SULFITE 75G C CAPA EM SULFITE, COM IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), COM 8 PÁGINAS (CAPA + 8 PÁGINAS), TAMANHO ABERTO 4A.	Unidade	1000	R\$ 0,80	R\$ 800,00
66	CARTILHA PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS, CONFECCIONADA EM PAPEL SULFITE BRANCO OU COLORIDO, COM IMPRESSÃO EM CROMIA FRETE E VERSO, COM 8 PÁGINAS (CAPA + 8 PÁGINAS), TAMANHO ABERTO A4.	Unidade	4100	R\$ 4,11	R\$ 16.851,00
67	CERTIFICADOS, EM PAPEL CARTÃO, PAPEL OPALINE 180G, IMPRESSÃO EM CROMIA, FRETE E VERSO, TAMANHO A4.	Unidade	100	R\$ 4,08	R\$ 408,00
68	COLETE PARA DEFESA CIVIL, BRIM RIPSTOP, TAMANHOS VARIADOS, BORDADO, NA COR LARANJA	Unidade	10	R\$ 251,21	R\$ 2.512,10



69	CRACHÁ EM PVC COLORIDO COM FOTO IMPRESSO COM CORDINHA.	Unidade	110	R\$ 25,00	R\$ 2.750,00
70	CUPONS 8x4CM (MILHEIRO) - EM PAPEL COUCHÊ 90G - IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE - 100 unidades	Unidade	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
71	DIPLOMA, PAPEL 180G, TAMANHO A4, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE.	Unidade	675	R\$ 7,97	R\$ 5.379,75
72	ENCADERNAÇÃO COM ESPIRAL E CAPA PLÁSTICA FRENTE TRANSPARENTE E VERSO PRETA - ATÉ 100 FOLHAS	Unidade	500	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
73	ENCADERNAÇÃO DE LIVROS CAPA DURA COM LETRAS DOURADAS	Unidade	40	R\$ 78,90	R\$ 3.156,00
74	ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL, ACIMA DE 100 PÁGINAS, COM CAPAS PLÁSTICAS.	Unidade	1100	R\$ 15,00	R\$ 16.500,00
75	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), LOTE COM 500 UNIDADES, TAMANHO 12X23 CM, PAPEL 90G.	Lote	100	R\$ 148,90	R\$ 14.890,00
76	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (CROMIA), LOTE COM 250 UNIDADES, TAMANHO 24X34 CM, PAPEL 90G.	Lote	4	R\$ 393,12	R\$ 1.572,48



77	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (CROMIA), LOTE COM 500 UNIDADES, TAMANHO 26X36 CM, PAPEL 90G.	Lote	32	R\$ 363,96	R\$ 11.646,72
78	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (CROMIA), LOTE COM 500 UNIDADES, TAMANHO 35X45 CM, PAPEL 90G.	Lote	4	R\$ 508,73	R\$ 2.034,92
79	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (CROMIA), LOTE COM 500 UNIDADES, TAMANHO 40X50 CM, PAPEL 90G.	Lote	40	R\$ 673,42	R\$ 26.936,80
80	ENVELOPE BRANCO/AMARELO, TIMBRADO CONFORME ÓRGÃO SOLICITANTE, IMPRESSÃO EM 1 COR (CROMIA), LOTE COM 500 UNIDADES, TAMANHO 19X25 CM, PAPEL 90G.	Lote	2	R\$ 265,08	R\$ 530,16
81	ETIQUETA BRANCA PLASTICA ADESIVA, PARA IDENTIFICAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO) EM MATERIAL QUE PERMITA A ESCRITA. TAMANHO: 20 CM X 6 CM.	Unidade	550	R\$ 0,30	R\$ 165,00
82	ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SORO, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), LOTE COM 100 UNIDADES, ADESIVO DE PAPEL, TAMANHO 6,5 X 7,7 CM.	Lote	55	R\$ 13,50	R\$ 742,50
83	FAIXA EM LONA, COM IMPRESSÃO DIGITAL, TAMANHO 300 X 70 CM.	Unidade	70	R\$ 180,00	R\$ 12.600,00
84	FICHA CONTROLE CRUZADO F/V, OPALINE 180G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), TAMANHO 10 X 7 CM.	Unidade	1100	R\$ 0,32	R\$ 352,00



85	FICHA PARECER SEMESTRAL - ENSINO FUNDAMENTAL, PAPEL 180G, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), TAMANHO A4.	Unidade	1.650	R\$ 0,60	R\$ 990,00
86	KIT DE FICHARIO, CONTENDO 6 UNIDADES EM 6 CORES DIFERENTES, FEITO DE CARTOLINA COM CORTE ESPECIAL TAMANHO A4	Unidade	550	R\$ 2,42	R\$ 1.331,00
87	FICHAS DE TRANSFERENCIA ESCOLAR, COM 100 FOLHAS, PAPEL OPALINE 180G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO) E FRENTE E VERSO, TAMANHO A3.	Unidade	550	R\$ 1,00	R\$ 550,00
88	FICHAS SERE, COM 100 FOLHAS, PAPEL OPALINE 180G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO) E FRENTE E VERSO, TAMANHO A3.	Unidade	55	R\$ 20,00	R\$ 1.100,00
89	IMPRESSÃO E APOSTILAS ENCADERNADAS COM ATÉ 100 PÁGINAS DE PAPEL SULFITE A4, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO) E FRENTE E VERSO, (UNIDADE).	Unidade	36	R\$ 21,87	R\$ 787,32
90	IMPRESSÕES COLORIDAS VARIÁVEIS, IMPRESSÃO FRENTE, SULFITE 180G, TAMANHO A3.	Unidade	330	R\$ 18,21	R\$ 6.009,30
91	IMPRESSÕES COLORIDAS VARIÁVEIS, IMPRESSÃO FRENTE, SULFITE 75G, TAMANHO A3.	Unidade	660	R\$ 11,28	R\$ 7.444,80
92	IMPRESSÕES VARIÁVEIS, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), FRENTE E VERSO, SULFITE 75G, TAMANHO A4.	Unidade	8000	R\$ 1,26	R\$ 10.080,00



93	KIT DE BLOCOS (FORMATO A5 COM 50 FOLHAS DE SULFITE 63G, IMPRESSO EM 1 COR) E CANETAS PERSONALIZADAS EM 1 COR.	Unidade	220	R\$ 18,38	R\$ 4.043,60
94	LETRAS COM CORTE ESPECIAL EM ACM 3MM(ALUMÍNIO COLORIDO) INSTALADAS NO LOCAL. COM PROJETO VISUAL ENTREGUES ANTES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO	M²	100	R\$ 365,42	R\$ 36.542,00
95	LETRAS COM CORTE ESPECIAL EM PVC EXPANDIDO, COM PINTURA AUTOMOTIVA DE 10 MM INSTALADAS NO LOCAL, COM PROJETO VISUAL ENTREGUE ANTES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO	M²	30	R\$ 353,08	R\$ 10.592,40
96	LONA 380G COM IMPRESSÃO DIGITAL ENVERNIZADA, INSTALADAS NO LOCAL.	Lote	65	R\$ 325,24	R\$ 21.140,60
97	PANFLETO EM PAPEL SULFITE 75G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO) FRENTE, LOTE DE 200 UNIDADES, TAMANHO 15X22 CM.	Lote	35	R\$ 60,00	R\$ 2.100,00
98	PANFLETO, EM PAPEL COUCHÊ 115G, IMPRESSÃO EM CROMIA, LOTE DE 200 UNIDADES, TAMANHO 15X22 CM.	Lote	35	R\$ 300,00	R\$ 10.500,00
99	PANFLETO, EM PAPEL SULFITE 75GIMPRESSÃO EM CROMIA, LOTE DE 200 UNIDADES, TAMANHO 15 X 22 CM.	Lote	35	R\$ 270,00	R\$ 9.450,00
100	PASTAS INDIVIDUAIS PARA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR, PAPEL OPALINE 180 G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), TAMANHO OFÍCIO, COM VINCO.	Unidade	300	R\$ 3,70	R\$ 1.110,00



101	PASTAS PARA PROTOCOLO, PAPEL OPALINE 180 G, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), FRENTE E VERSO, TAMANHO OFÍCIO, COM VINCO.	Unidade	600	R\$ 3,10	R\$ 1.860,00
102	PASTAS PERSONALIZADAS, EM PAPEL BRANCO COM GRAMATURA MINIMA DE 180GR, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO), FRENTE E VERSO, TAMANHO OFÍCIO, COM VINCO.	Unidade	500	R\$ 1,10	R\$ 550,00
103	PLACA DE ACM 3MM (ALUMÍNIO), COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA LAMINADA, INSTALADAS NO LOCAL	M²	100	R\$ 518,88	R\$ 51.888,00
104	PLACA EM PVC 2MM, COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, INSTALADAS NO LOCAL.	M²	55	R\$ 289,80	R\$ 15.939,00
105	PLACAS DE PATRIMÔNIO TAMANHO 3X5CM EM INOX	Unidade	20	R\$ 3,60	R\$ 72,00
106	PLACAS IDENTIFICAÇÃO EM ACRILICO, 2MM INSTALADAS NO LOCAL.	M²	60	R\$ 346,50	R\$ 20.790,00
107	PLOTAGEM EM CARROS COM ADESIVO AUTOMOTIVO LAMINADO, (INSTALAÇÃO INCLUSA) COM O PROJETO VISUAL ENTREGUE ANTES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.	M²	300	R\$ 181,24	R\$ 54.372,00
108	PULSEIRA HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO-AMARELA. 24,5CM X 2 CM. CONFECCIONADA EM MATERIAIS RESISTENTE A ÁGUA, COM LACRE DE SEGURANÇA ADESIVO. LOTE COM 500 UNIDADES.	Unidade	550	R\$ 3,60	R\$ 1.980,00



109	PULSEIRA HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO- AZUL. 24,5CM X 2 CM. CONFECCIONADA EM MATERIAIS RESISTENTE A ÁGUA, COM LACRE DE SEGURANÇA ADESIVO. LOTE COM 3500 UNIDADES.	Unidade	701	R\$ 3,28	R\$ 2.299,28
110	PULSEIRA HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO- BRANCA (OBSERVAÇÃO). 24,5CM X 2 CM. CONFECCIONADA EM MATERIAIS RESISTENTE A ÁGUA, COM LACRE DE SEGURANÇA ADESIVO. LOTE COM 500 UNIDADES.	Unidade	550	R\$ 3,38	R\$ 1.859,00
111	PULSEIRA HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO- VERDE. 24,5CM X 2 CM. CONFECCIONADA EM MATERIAIS RESISTENTE A ÁGUA, COM LACRE DE SEGURANÇA ADESIVO. LOTE COM 4000 UNIDADES.	Unidade	4400	R\$ 3,35	R\$ 14.740,00
112	PULSEIRA HOSPITALAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO- VERMELHA. 24,5CM X 2 CM. CONFECCIONADA EM MATERIAIS RESISTENTE A ÁGUA, COM LACRE DE SEGURANÇA ADESIVO. LOTE COM 1000 UNIDADES.	Unidade	100	R\$ 3,42	R\$ 342,00
113	RENOVAÇÃO DE PLACAS E TOTENS COM RETIRADA DE FERRUGEM E REPINTURA, TROCA DE VIDROS E CHAPAS DEFEITUOSAS, ETC.FEITA NO LOCAL.	M²	100	R\$ 421,80	R\$ 42.180,00
114	SUMULA 3 VIAS EXTRA CÓPIA, BLOCO DE 90 FOLHAS MEDINDO 10 X 50 CM, IMPRESSÃO EM 1 COR (PRETO)	Unidade	35	R\$ 27,54	R\$ 963,90
115	KIT DE CAPA DE CONTRACAPA PLÁSTICA DE ENCADERNADAÇÃO	Unidade	550	R\$ 2,80	R\$ 1.540,00

1.3. Valor total da licitação é de **R\$ 736.750,38 (setecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos).**



1.4. Justifica-se o pedido de abertura de processo licitatório em virtude das necessidades diárias que as repartições têm para manter sempre os espaços limpos e higienizados para receber os funcionários e munícipes que usam os prédios públicos.

1.5. Trata-se de uma estimativa de preços, a contratação pode efetivamente não acontecer em sua totalidade. Solicita-se, portanto, abertura de processo licitatório na modalidade (pregão), do tipo menor preço POR ITEM, 'online', para o prazo de 12 (doze) meses.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. JUSTIFICATIVA LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÂMBITO REGIONAL.

Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional em atenção aos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas no território regional da AMEPAR – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA, incluindo os Municípios Paranaenses de Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertãozinho e Tamarana, conforme disposto no Anexo II da Lei Municipal 1.825/2025.

1.8. A justificativa para realização da licitação exclusiva âmbito local/regional encontra-se no fato de que existem no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos sediados no âmbito local/regional que estão aptos a disputar para fornecimento do objeto, respeitando o disposto da Lei Municipal nº 1825/2025, conforme cadastro CNPJ inclusos neste processo. Ainda, cabe destacar que o objeto da presente licitação é o fornecimento de material gráfico de uso contínuo, para atender os diversos setores do município, sendo necessário que os itens sejam entregues dentro do prazo previsto da solicitação, na forma da lei, mostrando-se benéfico à Administração, pois as empresas sediadas âmbito regional e/ou



município possuem maior facilidade de atendimento no prazo solicitado, resguardando o interesse público que norteia a concessão de benefícios eventuais.

1.9. Nesse sentido, considerando existir em âmbito local/regional mais de três fornecedores competitivos aptos a participarem do certame, nos termos do Decreto Municipal nº 036/2025, torna-se possível a aplicação do benefício retro, a fim de promover o desenvolvimento do comércio e de prestação de serviços, âmbito local/regional, assegurando, no entanto, os princípios orientadores de todo e qualquer processo licitatório previstos na legislação constitucional e infraconstitucional.

DECRETO MUNICIPAL 036/2025

Art. 1º. Fica instituído, nos termos deste Decreto, o programa municipal de fomento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, denominado **COMPRA MAIS JAGUAPITÃ**, cuja finalidade é promover o acesso ao mercado e o fomento de micro e pequenas empresas sediadas no Município de Jaguapitã e na região, com os seguintes objetivos:

- promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, através do poder de compra do Município;
- ampliar a eficiência das políticas públicas;
- incentivar a inovação tecnológica;
- redução das desigualdades;
- prestigiar a capacidade financeira de circulação interna, com geração de emprego e renda local e regional;
- Aumento da competitividade entre as empresas locais e regionais.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, os órgãos da Administração Pública Municipal, direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Aplica-se o disposto neste decreto às contratações de bens, serviços e obras.

Art. 2º. Para fins de aplicação dos benefícios dispostos neste Decreto, considera-se:

[...]

II - âmbito regional:



- b. **Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR)** composta pelos municípios: Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

“Uma interpretação literal da Lei n.º 123/2006, faz crer que não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3 (três) empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores competitivos enquadrados nas exigências legais.” ACORDÃO 877/2016 – TCE-Pr

ACÓRDÃO Nº 2122/19 – TCE – Pr. Tribunal Pleno

É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar n.º 123/2006, desde que, devidamente justificado.

LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, **deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional**, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.



Em razão do previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 47, que trata do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para essas empresas, conforme também prevê o art. 48 da mesma Lei

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Dessa forma, em razão do valor, deverá este processo ser exclusivo a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte âmbito Regional.

1.10. A realização de procedimentos licitatórios cuja participação é exclusiva para Microempresas e/ou empresas de Pequeno Porte, encontra respaldo legal na Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/14), mais precisamente no disposto no inciso I do art. 48 da referida Lei, a grande maioria das empresas localizadas no âmbito local/regional estão enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou são Microempreendedores Individuais, os quais, por equiparação, são também contemplados com os benefícios das Leis acima citadas. O crescimento e o desenvolvimento do Município e região vêm proporcionando inúmeras oportunidades de negócios às micro e pequenas empresas instaladas na cidade e na região e cada vez mais o município tem empregado esforços para a construção de um ambiente que permita a essas empresas um melhor aproveitamento dessas oportunidades e a conversão destas em inclusão social, emprego e renda. O Município de Jaguapitã, vem concedendo tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. O tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas visa ampliar sua participação nas licitações municipais e assim impulsionar o desenvolvimento sócio econômico local e regional. Há que se considerar que as contratações públicas são de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. O planejamento adequado das compras governamentais é um fator



relevante em favor do desenvolvimento local e regional, visto que pode privilegiar os pequenos negócios sediados no município e região. Assim, o Município de Jaguapitã busca realizar licitações voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento econômico e social da cidade e região sempre ancorado nas legislações pertinentes e nas políticas públicas de que visam esse desenvolvimento.

1.11. Considerando que o Município cumpre as regras para a formação de preços não somente em cotação com fornecedores locais e regionais e nem só com fornecedores cadastrados como MPEs, assim com base nestes critérios entendemos que os preços máximos apresentados no presente Edital de Licitação, demonstram o valor mais próximo ao praticado no mercado, portanto qualquer preço proposto pelas participantes inferior ao estimado como preço máximo não ensejará prejuízo, ou possibilitar questionamento que a aplicação do benefício foi prejudicial a Administração, se enquadrando como o mais vantajoso para a Administração.

1.12. Por outro lado, além dos cuidados tomados pela administração Municipal o órgão contratante deve observar o disposto no Acórdão 1393/2019 do TCE/PR que também dita regras de formação de preço, vejamos trechos deste Acórdão.

“Por isso o Gestor Público tem o dever de buscar, quando realizar estimativas de preços prévias às licitações, o valor mais próximo do praticado pelo mercado e, para tanto, deve utilizar de parâmetros mínimos para se alcançar este objetivo, entre eles, a multiplicidade de fontes.”

1.13. Isso posto, podemos atribuir como vantajosidade o número de pequenas empresas que atuam neste ramo de negócios, portanto se o Município realizar a aquisição destas empresas facilitará a negociação de entrega, sem falar no desenvolvimento econômico e social que ocorrerá, bem como, no desenvolvimento regional do município de Jaguapitã.

1.14. Portanto não se pode de maneira alguma alegar que o referido procedimento pode ou virá a causar prejuízo a Municipalidade por conter a cláusula de preferência para contratação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, pelo contrário, esta cláusula se aplicada trará benefícios econômicos à região pela circulação de valores, geração de empregos e ainda pelo recolhimento de impostos, se adquirida de empresas de fora do território.



1.15. Considerando que a manutenção e crescimento dos empreendedores individuais, micro e pequenas empresas locais/regionais, é de suma importância para o desenvolvimento da economia local e regional, proteção dos empregos, geração de renda, bem-estar da população, e ainda contribuindo com a arrecadação de impostos Municipais, os quais serão revertidos e investidos na cidade para benefício de toda população. Diante de todos estes apontamentos e considerando a aplicação do referido recurso financeiro em benefício das pequenas empresas, com certeza será de grande valia e efetivamente auxiliara o desenvolvimento econômico das empresas que se consagrarem vencedoras, isso incentivará a manutenção dos empregos e possibilitará a geração de novos empregos.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor estimado, como preço máximo, está previsto no Orçamento do exercício financeiro de 2025.

3. DA FORMA DE ENTREGA

3.1. As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, e os locais de entrega serão conforme indicação da Nota de Empenho, em atenção aos seguintes horários e endereçamentos abaixo listados, sendo certo que poderão ser acrescidos e diminuídos os endereços se assim for determinado pelo órgão executivo municipal:

a) Escola Newton Guimarães: Av. São Paulo, 392, Centro.
b) Escola Paulo Freire: R. Plácido de Castro, 593, Centro.
c) CMEI Claudicéia de Souza Rolim (Céia Rolim): R. José de Oliveira Souza, 60, Conj. Alfredo Batıcıoto.
d) CMEI Maria Aparecida da Silva Nascimento (Cida Nascimento): R. Izaura Zacardi, 94, Conj. Francisco Consaltar.
e) CMEI Rita de Cássia Nóbrega Vieira: R. Belém, 21, Jd. Canaã.
f) CEI Lar de Jesus: R. Maranhão, 330, Centro.
g) Hospital Municipal: R. Ibiporã, 71, Centro.
h) Secretaria Municipal de Saúde & Vigilância Sanitária: Av. Paraná, 550, piso superior da rodoviária, Centro.



i)	APAE: R. Apucarana, 550, Centro.
j)	SCFV Caminho do Bem: Av. Bandeirantes, 689, Centro.
k)	CRAS: R. Amazonas, 61, Centro.
l)	CREAS (e pedidos em que se indicar a <u>Família Acolhedora</u>): Av. Manoel Ribas, 200, Centro.
m)	SCFV Idoso: R. Goiás, 100, Centro.
n)	Casa de Maria: Av. Paraná, 931, Centro.
o)	Casa Sagrada Família: R. João Antônio de Moraes, 290, Centro.
p)	Secretarias Municipais do Meio Ambiente & da Agropecuária: R. Manoel Ribas, 200, ao lado do ginásio de esportes, Centro.
q)	Almoxarifado Central: Av. Minas Gerais, 220, Centro.
r)	Secretaria & Ginásio de Esportes: R. Manoel Ribas, 431, ao lado das Secretarias Municipais do Meio Ambiente & da Agropecuária, Centro.
s)	Secretaria Municipal de Educação: R. Pernambuco, 90, no mesmo quarteirão da sede da Prefeitura Municipal, Centro.
t)	Secretaria Municipal de Administração: Entregas no Almoxarifado Central (sede da Prefeitura). Av. Minas Gerais, 220, Centro.
u)	Agência do Trabalhador: Av. São Paulo, 271, Centro.
v)	Posto de Saúde Central (UBS) – PSF D. Hiuta: Av. Paraná, 550, piso superior da rodoviária, Centro.
w)	Posto Saúde Deolinda Consalter (PSF3): Av. Paraná, 550, piso superior da rodoviária, Centro.
x)	UBS Carlos Nascimento: Av. Paraná, 550, piso superior da rodoviária, Centro.
y)	UBS Dona Conchita: Av. Paraná, 550, piso superior da rodoviária, Centro.
z)	Academia da Saúde NASF: R. Maranhão, 230, Centro.
aa)	Capela Mortuária: R. Bahia, 321, Centro.
bb)	Secretaria da Assistência Social: R. Bahia, 321, Centro.
cc)	CAPS (Centro de Atenção Psicossocial): Av. Manuel Ribas, 431, Centro.
dd)	AMENT (Atenção Especializada em Saúde Mental): R. Apucarana, 60, Centro.
ee)	Setor de Agendamento: Av. São Paulo, 271, Centro.



ff) CMEI Professor Ezequiel Martiniano (Professor Zico): R. Antônio Bellido Hernandez, 110, Lote Al, Quadra 11.

gg) Farmácia Municipal: R. Rio Grande do Norte, 730, Centro.

3.2. Horário de recebimento para entidades da saúde: 8h – 11h / 13h – 16h.

3.3. Horário de recebimento para demais: 8h – 12h / 13h30 – 17h.

3.4. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e comercialização, quando instituídas pelas ABNT e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

3.5. Todas as entregas deverão ser realizadas sem qualquer despesa para o município, tais como: frete, seguro, descarga e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto.

4. DO VALOR MÁXIMO

4.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 736.750,38 (setecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)**.

4.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base no banco de preços do site www.bllcompras.com e por cotação autônoma para produtos não encontrados na BLL ou encontrados de forma mitigada.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes



do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. DA LIQUIDAÇÃO

5.8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de



despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

5.8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

5.8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente,



o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.9. DO PRAZO DE PAGAMENTO

5.9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC ou IPCA de correção monetária.

5.10. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos



termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

5.5.1. Os materiais deverão possuir validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, a contar a partir da data da entrega definitiva dos mesmos, contra defeitos, e vícios e/ou impropriedades de fabricação dos produtos, a contar a partir da data de entrega definitiva do produto. Caso o fabricante/fornecedor possua uma garantia maior que estabelecido, deverá prevalecer à maior.

7. DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS

7.1. A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

7.2. Após a entrega, constatadas inconformidades nos materiais, o mesmo será substituído por outro, sem direito a ressarcimento à Vencedor-Contratada e sem ônus ao Município no prazo máximo de 3 (três) dias, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

7.3. No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega; O ônus de correção de defeitos apresentados ou a substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.



8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, caput).

8.8. O fiscal de contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto n.º 11.246/2022, art. 22, VI).

8.8.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.8.3. O fiscal de contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a



situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal de contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.8.5. O fiscal de contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



8.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações.

8.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10.5. O gestor de contratos formalizará os termos aditivos, mediante provocação da(s) beneficiária(s) da contratação.

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Jaguapitã/PR, 28 de maio de 2025.

WILSON CORREA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO 2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a fase de planejamento da contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal, para **registro de preços voltado à aquisição de serviços de artes gráficas**, destinados a atender às necessidades operacionais e institucionais de **todas as Secretarias Municipais**, conforme condições, prazos e especificações técnicas a serem detalhadas nos documentos anexos.

1.2. Este estudo compõe a primeira etapa do processo de contratação, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, e tem como objetivo principal analisar a viabilidade da contratação, com a devida identificação da solução mais vantajosa disponível no mercado, de modo a assegurar eficiência, padronização visual e economicidade à administração pública.

1.3. As seguintes unidades administrativas foram identificadas como requisitantes e potenciais beneficiárias dos serviços contratados:

SECRETARIA DE SAÚDE (dirigido por Cláudio Miguel Ferreira)
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO (dirigida por Helena Cateli Rodrigues)
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (dirigido por Joao Ricardo Bortolassi)
SECRETARIA DE AGRICULTURA (dirigido por Joao Ricardo Bortolassi)
SECRETARIA DE ESPORTES (dirigido por Paulo Henrique Pereira)
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (dirigida por Nádia Teixeira Cairis)
SECRETARIA DE FINANÇAS (dirigida por Teliana Campos e Prado Paixão)
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (dirigido por Wilson Correa Neto)
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS (dirigido por Marcelo Da Silva Quenupe)
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (dirigida por Marlene dos Santos Cezar)
SECRETARIA DE VIAÇÃO (dirigido por Ariovaldo Alves De Almeida)



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação de serviços gráficos visa atender às crescentes demandas de comunicação institucional, sinalização visual e divulgação de campanhas, ações e projetos promovidos pelas secretarias municipais. A prestação contínua e padronizada desses serviços é essencial para garantir o fortalecimento da imagem institucional, a transparência dos atos administrativos e a efetividade da comunicação com a população.

2.2. Justifica-se a contratação com base nos seguintes fundamentos:

2.2.1. SUPORTE À COMUNICAÇÃO OFICIAL

A produção de materiais gráficos, como folders, cartazes, banners, informativos e relatórios, é essencial para a veiculação de informações relevantes à sociedade, tais como campanhas de saúde, ações educativas, comunicados oficiais e prestação de contas públicas.

2.2.2. PADRONIZAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL INSTITUCIONAL

A contratação de serviços gráficos profissionais assegura a padronização da identidade visual de documentos e peças de divulgação, fortalecendo a imagem da Prefeitura e garantindo uniformidade na comunicação intersecretarial.

2.2.3. CELERIDADE E ECONOMICIDADE

Ao adotar o sistema de registro de preços, o Município garante agilidade na contratação conforme a demanda, com preços previamente pactuados, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços.

2.2.4. APOIO A EVENTOS E CAMPANHAS PÚBLICAS

As secretarias realizam regularmente eventos institucionais, seminários, oficinas, ações de conscientização e campanhas temáticas que demandam materiais gráficos específicos. Ter um fornecedor previamente contratado permite que essas ações ocorram com organização, qualidade e no tempo adequado.



2.2.5. ATUAÇÃO INTEGRADA DAS SECRETARIAS

A contratação compartilhada otimiza recursos e assegura que todas as secretarias possam acessar os serviços de forma equitativa, conforme suas necessidades específicas, garantindo maior controle, planejamento e gestão do uso dos recursos públicos.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. As memórias de cálculo que justificam as quantidades designadas para cada item da solução pretendida estão operacionalizadas como resposta do Documento de Formalização de Demanda, elaborado com o contributo de cada entidade indicada no item 1.3 deste estudo. Tais entidades realizaram estimativas com base no **histórico de consumo anterior** (perfil de consumo) e na **projeção de demanda futura** para suas ações institucionais, eventos e campanhas previstas ao longo do exercício.

3.2. **Fundamentação:** A estimativa das quantidades a serem contratadas segue o disposto no inciso IV do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, observando o princípio da economicidade e buscando, sempre que possível, **aproveitar ganhos de escala e racionalizar os processos de aquisição**, especialmente pela via do registro de preços.

4. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa preliminar do preço tem por objetivo subsidiar a escolha da solução mais vantajosa e permitir a análise de viabilidade da contratação dos serviços gráficos. O valor total estimado resulta das pesquisas de mercado realizadas por meio de cotações junto a fornecedores do ramo, conforme documentos que integram os **Anexos desta documentação**.

4.1.1. **Anexo:** Cotação de preços para serviços gráficos – [inserir nome do sistema utilizado, como BLL Compras, Comprasnet, etc.]

4.2. **Fundamentação:** A estimativa do valor da contratação atende ao disposto no inciso VI do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, contendo preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentação de suporte. Caso a Administração opte por preservar o sigilo desses dados até a conclusão da licitação, será feito em conformidade com as disposições legais pertinentes.



5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

5.1. O objeto da licitação é composto por **itens divisíveis**, considerando a variedade de serviços gráficos demandados (como banners, folders, cartazes, adesivos, painéis, entre outros). Cada item possui características e valores específicos, e sua adjudicação individualizada garante **maior competitividade**, participação de empresas com especialidades distintas e **melhor atendimento às necessidades específicas de cada secretaria**.

5.2. **Fundamentação:** O parcelamento do objeto está amparado no inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, sendo técnica e economicamente justificável.

6. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação revela-se **viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário**, considerando o planejamento intersecretarial, o mapeamento das necessidades, a previsão orçamentária indicada pela Contadoria Municipal, a análise da Controladoria Municipal e o Parecer Jurídico favorável da Procuradoria. Esses elementos asseguram **conformidade legal e administrativa** para o prosseguimento da contratação.

6.2. **Fundamentação:** O presente Estudo Técnico Preliminar conclui pela adequação da contratação para atendimento à demanda da Administração Pública Municipal, em consonância com o inciso XIII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Dispensa-se a aplicabilidade dos incisos II, III, V, VII, IX, X, XI e XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conforme autorizado pelo §2º do mesmo artigo, por não se aplicarem à natureza desta contratação.

7.1.1. **Padronização dos serviços:** Os serviços gráficos já contam com **especificações consolidadas no mercado**, sendo comumente adquiridos pela Administração, o que elimina a necessidade de estudos técnicos aprofundados para definição de padrões.

7.1.2. **Concorrência de mercado:** Há ampla oferta de serviços gráficos no mercado local e regional, com **diversidade de fornecedores e preços**.



competitivos, o que naturalmente estimula a concorrência e viabiliza a obtenção de propostas vantajosas.

7.1.3. Praticidade e eficiência: A simplificação do ETP para esse tipo de contratação visa garantir **agilidade nos trâmites administrativos** e maior eficiência na gestão pública, especialmente considerando a utilização do sistema de registro de preços.

7.1.4. Redução de custos administrativos: A dispensa de análises excessivamente técnicas permite **economia de tempo e recursos** na fase de planejamento, sem comprometer a legalidade ou a qualidade da contratação.

7.1.5. Flexibilidade e agilidade no atendimento: A contratação planejada por meio do registro de preços possibilita **respostas rápidas e eficazes às demandas intersecretariais**, respeitando os limites orçamentários e os prazos de execução de cada ação.

7.2. Conclui-se que a contratação de serviços gráficos, conforme apresentada neste estudo, atende integralmente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e publicidade, promovendo melhor gestão dos recursos públicos e suporte adequado às ações da Prefeitura Municipal.

Jaguapitã – PR, 28 de maio de 2025.

WILSON CORREA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

ANEXO 3 DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:
N.º CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
PESSOA PARA CONTATOS:
TELEFONES:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total
VALOR TOTAL				

Valor total: R\$ _____ (por extenso).

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Prazo de validade de: ____ (mínimo 90) dias, contados da data de abertura da licitação.

_____/____, ____ de _____ de 2025.

**Representante legal
(assinatura)**



ANEXO 4 - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º ____/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025

O MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, inscrito no CNPJ sob n.º 75.457.341/0001-90 sediado à Avenida Minas Gerais, 220, Centro, nesta cidade de Jaguapitã – PR, e de outro lado, a EMPRESA, CNPJ n.º _____, com sede na RUA, N.º, BAIRRO, em CIDADE/ESTADO, CEP n.º _____, fone _____, e-mail: _____, representada por _____, RG n.º _____ SSP/ESTADO e CPF n.º _____, firmam a presente ata, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21, legislação correlata e com as seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1. Esta ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição do objeto descrito na seguinte tabela:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total
VALOR TOTAL				

1.3. As especificações técnicas do objeto, as condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no **Anexo 1 do Edital - Termo de Referência**, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição.

2. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

2.1. As contratações serão formalizadas por nota de empenho encaminhada ao e-mail do FORNECEDOR, cujo aceite deverá ser confirmado em um dia.

3. VIGÊNCIA DA ATA



3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ata de Registro de Preço, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do disposto no art. 107 da referida norma, observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários.

4. ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

4.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

4.3.1. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.



4.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.

4.4.2. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

4.4.3. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

4.4.4. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A gestão e fiscalização desta ata seguirá o disposto no instrumento convocatório e demais normativas pertinentes do Município.

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O FORNECEDOR poderá ser apenado com:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município.

6.2. Poderão ser aplicadas as seguintes multas:

6.2.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

6.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do Município.

6.2.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

6.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.

6.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou



execução do contrato.

6.5. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.

6.6. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município, sendo o dano superior ao percentual referido.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido ao FORNECEDOR.

6.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

6.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.10. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do preço do FORNECEDOR será cancelado pelo Município quando o FORNECEDOR:

7.1.1. for liberado;

7.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



- 7.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade; e
- 7.2. demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
- 7.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Município:
- 7.3.1. pelo decurso do seu prazo de vigência;
- 7.3.2. se não restarem fornecedores registrados;
- 7.3.3. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- 7.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 7.4. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa do Município, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.
- 7.5. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, o Município, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.
- 7.6. A decisão de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município.

8. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 8.1. É vedada a utilização desta ata por órgãos ou entidades não participantes. (ajustar, se for o caso, para adesão por outros entes do município).

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

